

JORNAL DO BRASIL *Dívida Externa* Malan apresenta André Lara nos EUA

■ Os 2 se reúnem em Nova Iorque com os credores

SÔNIA FILGUEIRAS

BRASÍLIA — O presidente indicado do Banco Central, Pedro Malan, apresenta hoje ao Federal Reserve, o Banco Central norte-americano, e aos dirigentes do Tesouro dos Estados Unidos o novo negociador da dívida externa brasileira, André Lara Resende. Os dois embarcaram para Washington neste final de semana e devem retornar na quarta ou quinta-feira.

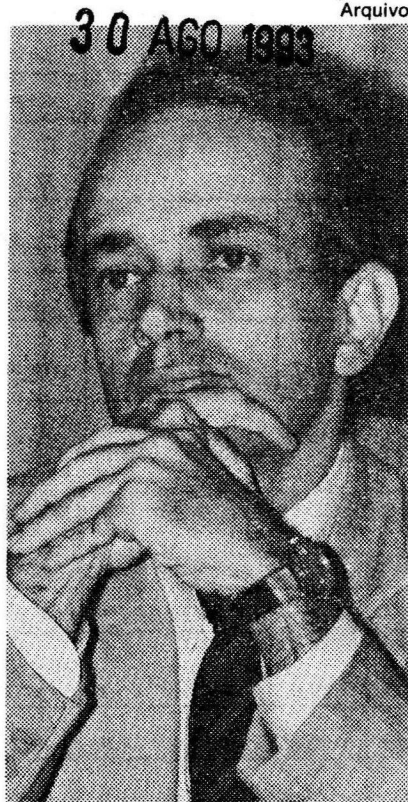
Amanhã, ainda em obediência à agenda de apresentações, Malan e Lara se reúnem em Nova Iorque com executivos da presidência-conjunta do Comitê Assessor dos Bancos Credores. O novo negociador só se encontrará

com os representantes de todos os 19 bancos que integram o comitê no dia 7 de setembro, em uma segunda viagem.

Embora venha afirmando que as negociações estão bem encaminhadas, André Lara Resende ainda terá pelo menos uma tarefa espinhosa pela frente, a de acordar com o Tesouro norte-americano as condições da emissão dos *zero coupon bonds*, títulos de 30 anos de prazo que darão garantia a parte da dívida brasileira.

Emissão especial — O governo americano concordou em fazer uma emissão especial desses títulos, evitando assim que o Brasil, ao buscá-los no mercado internacional, se exponha a especulações, mas ainda falta acertar, por exemplo, os juros dos papéis. É provável que o governo americano tente conseguir taxas muito próximas das de mercado.

Lara também deverá acompa-



Lara Resende: bancos e FMI

nhar as discussões com o FMI, que estão voltadas para a economia interna. A emissão dos bônus, marcada para 30 de novembro, está formalmente condicionada à existência do acordo com o Fundo.

Também caberá ao novo negociador acompanhar a redefinição das opções dos credores internacionais entre os vários tipos de bônus. O prazo para as escolhas expira no próximo dia 9 e já leva em consideração a dívida de US\$ 35 bilhões e não de US\$ 40 bilhões, como se imaginava inicialmente.

Esta etapa não deverá surpreender, pois os credores já concordaram em atender o perfil desejado pelo Brasil, que prevê a troca de no máximo 40% da dívida por bônus ao par (sem desconto) e no mínimo 35% por bônus de desconto (que garante a redução imediata de 35% do valor convertido).